

Maior parte dos municípios não tem ações próprias de segurança

Estudo aponta pouco empenho dos municípios na segurança

LETICIA MENDES

leticia.mendes@diariogaucha.com.br

RAFAEL FAVERO

rafael.favero@rdgaucha.com.br

O diagnóstico do Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre o envolvimento dos municípios na prevenção e combate à violência revela que essa ainda é uma realidade distante para a maioria das cidades gaúchas. Um dos apontamentos mostra que somente 14 prefeituras (2,9%) relataram ter política própria de segurança pública. O *Mapeamento da Segurança Pública: Estruturas e Políticas* contemplou 482 dos 497 municípios do RS, com dados de 2022.

Dentre os fenômenos identificados está o fato de que a maior parte das cidades não possui estrutura – secretaria, conselhos, guardas municipais – nem programas de prevenção. Coordenador técnico do estudo, realizado em parceria entre a Escola de Gestão e Controle e o Centro de Orientação e Fiscalização de Políticas Públicas do TCE, Marcos Rolim afirma que o relatório aponta que gestores ainda enxergam segurança como responsabilidade só do Estado. Somam a isso as dificuldades orçamentárias das prefeituras.

– Por conta da visão tradicional sobre segurança pública, que a equipara à repressão, prefeituras e prefeitos desconhecem o potencial das políticas de prevenção à violência, muitas das quais podem ser desenvolvidas sem custo, ou com relação muito favorável de custo-benefício – afirma Rolim. – Combater a evasão escolar, por exemplo, manter mais crianças mais tempo na escola é enorme fator protetivo. Todos os estudos do mundo mostram isso – analisa.

Fragilidade

Os municípios que relataram ter política própria de segurança são Canela, Canoas, Caxias do Sul, Dom Pedrito, Horizontina, Imbé, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Roca Sales, São Leopoldo, Soledade e Vacaria.

Desses, só oito têm diagnóstico próprio de segurança. Ou seja, seis construíram a política sem levantamento próprio para entender as necessidades locais, o que, na análise do TCE, é sinal de fragilidade.

O levantamento

Indicadores divulgados pelo TCE-RS



Também falta prevenção

Outra constatação é de que a maioria dos municípios não possui programas de prevenção. Menos de um quarto deles relataram ter iniciativas contra a violência doméstica, 12% de prevenção do bullying e somente 17% relataram iniciativas de promoção de igualdade racial. Apenas 14 cidades (2,9%) têm ações que buscam prevenir violência contra a população LGBTQIA+. Dentre os municípios apontados como exemplo em ações voltadas à segurança pública, com foco na prevenção, está Pelotas.

– É toda uma política de prevenção para disputar cada jovem, desde que nasce até o Ensino Fundamental. Cada ano dessas crianças é uma oportunidade. São planos baseados em evidências e isso é chave – defende Alberto Kopittke, que, além de Pelotas, participa da implementação dos programas em Lajeado e Santa Cruz do Sul.

Estrutura

Prefeito de Campo Bom e presidente da Federação dos Municípios (Famurs), Luciano Orsi argumenta que historicamente o Estado foi o responsável por estruturar corporações, como Brigada Militar e Polícia Civil:

– Sempre se teve essa expectativa de que o Estado proveria a segurança, até por conta do grande número de obrigações que o município tem com saúde, com educação. A maioria esmagadora não tem condições de ter uma estrutura de segurança pública.

Especialista defende mais orientação

Doutor em Políticas Públicas, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e diretor-executivo do Instituto Cidade Segura, Alberto Kopittke considera a participação municipal na segurança essencial à redução da violência.

– Precisamos alargar a discussão de segurança para muito além da questão da polícia. O município é peça-chave. Só ficamos tratando as consequências, mas quem pode tratar muito as causas são os municípios – afirma. O estudioso defende que uma forma de impulsionar a aplicação nos municípios seria o recebimento de suporte e orientação dos governos estadual e federal sobre os programas já testados que possam ser aplicados nas cidades. Técnicos do TCE trabalham num documento

que deve ser lançado antes do fim ano para os municípios, com possíveis alternativas às prefeituras. Um primeiro passo que deve ser sugerido é compreender a realidade da segurança local.

Embora alguns fatores sejam comuns, como o fato de jovens estarem mais suscetíveis à violência urbana, outros estão vinculados à lógica municipal.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Diagnóstico do TCE Página: 23